



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO DIRETA (Art. 75, II da Lei nº 14.133/2021)
AQUISIÇÕES¹
Processo Administrativo nº 557/2023

Área de Requisitante/Técnica	Coren-SP Educação
Área de Apoio Administrativo	Gerência de Compras e Contratos – GCC

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Técnica/Requisitante	Gisele Cristina Gentil, matrícula 765
Integrantes da Área de Apoio Administrativo	Ingrid Wendy Carrel, matrícula 1177 Henrique Pereira Soares, matrícula 975

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição pontual de **itens hospitalares**, destinados às atividades de Educação Continuada em Enfermagem desenvolvidas no Coren-SP Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Cateter intravenoso periférico Calibre 24G, do tipo "por-fora-da-agulha", dispositivo de segurança antiperfuração, conector Luer lock de acordo com o Código de Cores da ABNT NBR 10555-5:2003, câmara de refluxo transparente, agulha silicizada, bisel trifacetado, embalagem transparente e estéril. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	441271	Unidade	500	R\$ 2,52	R\$1.260,00
2	Cateter vesical intermitente 16Fr Ponta curva Coudé ou estilo Tiemann. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	464225	Unidade	2	R\$7,13	R\$14,25
3	Fixador de cateteres I (adulto) Película transparente de poliuretano de aprox. 7,0 x 7,0cm, semipermeável a vapores, impermeável à líquidos e fluidos corporais, hipoalergênica, adesiva, com fenda e etiqueta para identificação. Aplicação com moldura, livre de látex. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. <u>Modelo de referência:</u> Tegaderm 3.	483391	Unidade	10	R\$10,55	R\$105,50
4	Fixador de cateteres II (infantil) Película transparente de poliuretano de aprox. 5,0 x 6,0cm, semipermeável a vapores, impermeável à líquidos e fluidos corporais, hipoalergênica, adesiva, com fenda e etiqueta para identificação. Aplicação com moldura, livre de látex.	483840	Unidade	10	R\$17,63	R\$176,30

¹ Adaptado do modelo da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Atualização: dezembro/2022. Termo de Referência – Aquisições – Licitação – Modelo para Pregão Eletrônico aprovado pela Secretaria de Gestão. Acesso em: 31/01/2023.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
	Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. <u>Modelo de referência:</u> Tegaderm 3M					
5	Fixador para cateteres III (grande) Película transparente de poliuretano, aprox. 11,5 x 8,5 cm semipermeável a vapores, impermeável à líquidos e fluidos corporais hipoalergênico, adesivo, com barreira viral e bacteriana. Possui fenda para acomodação de extensor e reforço de bordas com tecido. Contém 01 tira adesiva extra estéril de tecido macio recoberto por filme para promover estabilização do cateter e 01 tira para identificação, livre de látex. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. <u>Modelo de referência:</u> Tegaderm 3M	483390	Unidade	10	R\$36,41	R\$364,10
6	Fixador de cateteres, tubos e sondas Placa de adesivo acrílico hipoalergênico na parte que fica em contato com a pele do paciente. No lado oposto, lâmina de espuma de polietileno e sistema de abas reutilizáveis protegidos por papel siliconizado com retirada no uso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. <u>Modelo de referência:</u> FlexTrac Convatec.	481538	Unidade	20	R\$8,25	R\$165,00
7	Sonda vesical de demora I (16Fr Foley) Tipo Foley, 03 vias, de silicone. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	436838	Unidade	5	R\$23,84	R\$119,20
8	Sonda com 2 vias I (12Fr Foley) Produzida em látex, possui tubo com aproximadamente 30 a 40 cm, um ou mais olhos laterais, inflável na ponta distal; ponta proximal se divide em duas vias (um no sistema coletor, uma para Insuflação de balonete); balão com tamanho indicado na ponta da sonda; funil com adaptador Luer Lock. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	436009	Unidade	20	R\$44,80	R\$896,00
9	Sonda Foley com 2 vias II (10Fr Foley) Produzida em látex, possui tubo com aproximadamente 30 a 40 cm, um ou mais olhos laterais, inflável na ponta distal; ponta proximal se divide em duas vias (um no sistema coletor, uma para Insuflação de balonete); balão com tamanho indicado na ponta da sonda; funil com adaptador Luer Lock. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	439269	Unidade	20	R\$5,22	R\$104,40
10	Sonda para alimentação enteral 10Fr Tamanho nº 10 FR, com fio guia, 2 vias. Constituída de tubo transparente com tarja radiopaca e conector em formato em Y. Ponteira distal em silicone, fio guia de inserção em inox com ponteira em polipropileno lubrificado com silicone. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	438394	Unidade	15	R\$36,08	R\$541,20
11	Sonda de aspiração traqueal I (válvula 06)	289966	Unidade	10	R\$1,96	R\$19,60



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
	Produzida em PVC atóxico, flexível, com conector e válvula de pressão negativa distal intermitente; possui válvula que permite controle manual da pressão de sucção. Espessura máxima de 3mm. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.					
12	Sonda de aspiração traqueal II (válvula 08) Produzida em PVC atóxico, flexível, com conector e válvula de pressão negativa distal intermitente; possui válvula que permite controle manual da pressão de sucção. Espessura máxima de 3mm. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	289969	Unidade	20	R\$1,79	R\$35,80
13	Sonda de aspiração traqueal III (válvula 10) Produzida em PVC atóxico, flexível, com conector e válvula de pressão negativa distal intermitente; possui válvula que permite controle manual da pressão de sucção. Espessura máxima de 3mm. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	289967	Unidade	10	R\$1,95	R\$19,45
14	Esfigmomanômetro aneroide I (adulto) Braçadeira em nylon com circunferência braçal de 18 a 35cm; fechamento em velcro; manômetro aneroide com escala de 0 a 300 mmHg; livre de látex. Garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	436498	Unidade	1	R\$104,90	R\$104,90
15	Esfigmomanômetro aneroide II (infantil) Braçadeira em nylon com Ø braçal de 10 a 18 cm; fechamento em velcro; manômetro aneroide com escala de 0 a 300 mmHg; divisão de 2mmHg e tolerância de +/- 3 mmHg. Livre de látex. Garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	485444	Unidade	1	R\$89,00	R\$89,00
16	Esfigmomanômetro aneroide III (neonatal) Braçadeira em nylon com Ø braçal de 7 a 13 cm; fechamento em velcro; manômetro aneroide com escala de 0 a 300 mmHg; divisão de 2mmHg e tolerância de +/- 3 mmHg. Livre de látex. Garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	434613	Unidade	1	R\$93,50	R\$93,50
17	Esfigmomanômetro oscilométrico adulto Visor LCD; pressão de 0 a 299 mmHg e pulso de 40 a 180 batimentos/ min; tolerância +/- 3mmHg de pressão e +/- 5% de pulso. Enchimento e esvaziamento automáticos; alimentação por 4 pilhas AA (aprox. 1000 medições). Braçadeira com aprox. 15x60cm e Ø braçal de 20 a 40cm aprox. Garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	436498	Unidade	1	R\$157,62	R\$157,62
18	Água para injeção Solução hipotônica para diluição de medicamentos; sistema fechado; frasco rígido transparente de 500 ml com alça de sustentação. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	416461	Frasco	10	R\$19,46	R\$194,60
19	Lidocaína estéril com aplicador Cloridrato de Lidocaína 2% (20 mg/g) injetável, geleia tópica em seringa carpule estéril de 10g (sem ponta adaptadora). Para procedimentos urológicos. Validade mínima de 12 (doze) meses	342616	Seringa	10	R\$14,29	R\$142,90



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
	a partir da data da entrega.					
20	Cânula de aspiração tipo Yankauer Fabricado em material transparente, adaptável a diferentes tipos de cabos, com tubo de ligação de aprox. 3m. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	474817	Unidade	3	R\$26,94	R\$80,82
21	Coletor de secreção aspirada Sistema de coleta de conteúdo de aspiração das vias aéreas através de cateter de aspiração, sistema fechado de aspiração ou broncoscopia, aspiração gástrica ou enteral através de endoscopia ou colonoscopia. Frasco rígido de PVC cristal, graduado em 50/50ml; capacidade de 1.000ml; válvula antirrefluxo com filtro bacteriológico; não estéril. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	440037	Unidade	5	R\$40,04	R\$200,20
22	Curativo de punção venosa Em TNT microporoso e respirável, com papel siliconizado e almofada absorvente. Antisséptico e hipoalergênico. Redondo. Apresentado em caixa com 500 (quinhentas unidades). Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	483362	caixa	1	R\$26,18	R\$26,18
23	Fita hospitalar adesiva respirável Aprox. 25 mm x 4,5m, transparente, flexível e elástica. Utilizada para a fixação de gases, cateteres, sondas e curativos. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	439003	Unidade	5	R\$14,28	R\$71,38
24	Papel grau cirúrgico para autoclave I 10cm x 100m, bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado de poliéster ou polipropileno, com indicadores químicos que mudam de cor após a esterilização, indicador de sentido de uso, permeável ao vapor e impermeável aos microrganismos. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	289070	Bobina	1	R\$78,60	R\$78,60
25	Papel grau cirúrgico para autoclave II 30cm x 100m, Bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado de poliéster ou polipropileno, com indicadores químicos que mudam de cor após a esterilização, indicador de sentido de uso, permeável ao vapor e impermeável aos microrganismos. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	289071	Bobina	1	R\$218,57	R\$218,57
26	Cateter intravenoso periférico especial Para procedimentos complexos ou de acessos difíceis. Calibre 24G, do tipo "por-fora-da-agulha", base de sustentação de empunhadura, tubo extensor, proteção perfurocortante (a agulha é encapsulada por retração na retirada), 02 vias de acesso em Y para infusões simultâneas (contínua e intermitente), agulha com com bisel trifacetado e siliconizada, blister estéril transparente. Garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega. <u>Modelo de referência:</u> BD Saf-T Intima	301137	Unidade	100	R\$83,45	R\$8.345,00
27	Dispositivo de higiene oral	428714	Unidade	5	R\$41,61	R\$208,03



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
	Escova dental com mecanismo de aspiração de resíduos e secreções. Para prevenção de pneumonia e endocardite em paciente sob ventilação mecânica. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.					
28	Eletrodo Nihon Kohden - Modelo P-711 H329 Exclusivo para o desfibrilador Nihon Kohden modelos da série TEC-5500 (o Coren-SP possui o modelo TEC-5531B). Garantia de 90 (noventa) dias a partir da data da entrega.	453771	Unidade	2	R\$568,75	R\$1.137,50
29	Adaptador para aspiração de mecônio Conexão com tubo endotraqueal para sucção na traqueia do recém-nascido. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	479645	Unidade	1	R\$52,00	R\$52,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (ITENS 1 A 29): R\$ 15.021,70 (QUINZE MIL, VINTE E UM REAIS E SETENTA CENTAVOS)						

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, possuindo padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias corridos contados da emissão e envio da Nota de Empenho aos fornecedores, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa a reposição de materiais e equipamentos hospitalares para fins didático-pedagógicos, conforme finalidade a que se dedica o Coren-SP Educação através do seu Núcleo de Simulação Realística (NSR), qual seja, promover atividades de educação continuada em Enfermagem através da aplicação de protocolos e conhecimentos especializados em cenários clínicos realistas e atualizados.

2.2. As atividades de educação continuada coadunam com a atividade finalística do Conselho, na medida em que proporcionam formas de diálogo constante com a comunidade de profissionais de Enfermagem, engajando-os no cumprimento de recomendações e consensos éticos inerentes ao exercício da Enfermagem.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da Solução como um todo corresponde à aquisição pontual de materiais e equipamentos hospitalares destinados às atividades de educação continuada em Enfermagem desenvolvidas no Coren-SP Educação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Necessários para o Atendimento da Necessidade:





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.1.1. Entregar os materiais solicitados obedecendo rigorosamente às especificações técnicas definidas pela Contratante, dentro do mais alto padrão de qualidade.

4.2. Requisitos de Sustentabilidade:

4.2.1. Deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MP nº 01/2010 e Nº 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

4.2.2. Os materiais e bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.2.3. Na produção dos bens/materiais a serem adquiridos, deve ser levado em conta a utilização de materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis e que, quando possível, sejam feitos de matéria prima renovável.

4.3. Da Indicação de marcas ou modelos:

4.3.1. Conforme artigo 41 da Lei 14.133, a Administração poderá excepcionalmente indicar marca/modelo, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

4.3.1.1. Em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

4.3.1.2. Em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

4.3.1.3. Quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

4.3.1.4. Quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.

4.3.2. Logo, para melhor atendimento dos itens ao Coren-SP Educação foram selecionadas as seguintes marcas:

4.3.2.1. Item 03 – Modelo de Referência: Tegaderm 3M;

4.3.2.2. Item 04 – Modelo de Referência: Tegaderm 3M;

4.3.2.3. Item 05 - Modelo de Referência: Tegaderm 3M;

4.3.2.4. Item 06 - Modelo de Referência: FlexTrac Convatec;

4.3.2.5. Item 26 – Modelo de Referência: BD Saf-Intima.

4.4. Da vedação de utilização de marca/produto:

4.4.1. Não se aplica para o objeto de contratação.

4.5. Da exigência de amostra:

4.5.1. Não será exigida apresentação de amostras na seleção dos fornecedores.

4.6. Da exigência de carta de solidariedade:

4.6.1. Não se aplica para o objeto de contratação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.7. Da Garantia da contratação

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 pelas razões constantes abaixo:

4.7.1.1. Trata-se da aquisição pontual de materiais hospitalares destinados às atividades pedagógicas desenvolvidas no Coren-SP Educação, de forma que, após a entrega e do recebimento definitivo do objeto pela Contratante, não restarão obrigações a cumprir por parte da Contratada.

4.8. Da Transição Contratual

4.8.1. Não se aplica para o objeto de contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Das Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada, em remessa única.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega até a data limite da requisição, a Contratada deverá comunicar as respectivas razões que deram origem ao atraso com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues na Unidade do Coren-SP Educação, localizada na Rua Dona Veridiana, 298, Bairro Santa Cecília/SP, CEP 01238-010, com horário compreendido entre 07h00 e 16h00, em dias úteis.

5.2. Da Garantia

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratada, de acordo com o Contrato e seus anexos;

6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

6.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.1.7. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e Contrato;

6.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

6.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da Contratada:

7.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.2. Entregar o objeto, quando o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.4. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade aa Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.1.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

8.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

8.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Do Recebimento do Objeto

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Da Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.2.2.1.** o prazo de validade;
- 9.2.2.2.** a data da emissão;
- 9.2.2.3.** os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 9.2.2.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 9.2.2.5.** o valor a pagar; e
- 9.2.2.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus aa Contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3. Do Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.3.2. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

9.4. Da Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de transferência ou depósito bancário, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a operação bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Da Antecipação de pagamento

9.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamentos.

9.6. Da Cessão de crédito

9.6.1. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

10. REAJUSTE

10.1. Considerando que se trata de aquisição pontual a ser entregue em parcela única, em virtude da impossibilidade de a contratação atingir o tempo mínimo justificável para mensuração de reajustamento, não se aplica a presente exigência.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
 - (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - (2) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida.
 - (2.1) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - (3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 11.6.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.6.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 11.6.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.6.4.** os danos que dela provierem para a Contratante;
- 11.6.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

12.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

12.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

12.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- 12.4.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, em quantidade não



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

inferior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo a ser adquirido.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo total estimado da contratação, conforme valores unitários informados na tabela do subitem 1.1. acima é de R\$ 15.021,70 (quinze mil, setenta e seis reais e setenta centavos).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação serão acobertadas pelos seguintes Elementos de Despesa:

14.1.1. 6.2.2.1.1.33.90.30.099 – Outros Materiais De Consumo.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2023.

INTEGRANTE TÉCNICA/REQUISITANTE	RESPONSÁVEL PELA ÁREA TÉCNICA/REQUISITANTE
<p>Gisele Cristina Gentil</p> <p>Assinado de forma digital por Gisele Cristina Gentil Dados: 2023.02.02 15:24:26 -03'00'</p> <p>Gisele Cristina Gentil</p> <p>Matrícula 776</p> <p>Coren-SP Educação - ADM.</p>	<p>Eduardo Henrique Dall Ara Ferreira</p> <p>Assinado de forma digital por Eduardo Henrique Dall Ara Ferreira Dados: 2023.02.02 15:31:04 -03'00'</p> <p>Eduardo Henrique Dall Ara Ferreira</p> <p>Matrícula 524</p> <p>Gerente <i>em Exercício</i> – Coren-SP Educação</p>
INTEGRANTES DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO	
<p>Ingrid Wendy Carrel</p> <p>Matrícula 1177</p> <p>Assessora I</p> <p>Henrique Pereira Soares</p> <p>Matrícula 975</p> <p>Coordenador de Área - GCC/SCC</p>	